

TRANSFORMAÇÃO, PRESERVAÇÃO E HISTÓRIA, CURADORIA, DIFUSÃO E MEMÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPOSIÇÃO LUGAR DE MEMÓRIA DO ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO (APMT)

TRANSFORMATION, PRESERVATION AND HISTORY, CURATORSHIP, DISSEMINATION AND MEMORY: CONSIDERATIONS ON THE EXHIBITION LUGAR DE MEMÓRIA AT THE PUBLIC ARCHIVES OF MATO GROSSO (APMT)



Flávio Conche do Nascimento



Arquivo Público do Estado de Mato Grosso



Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1162-2326>



E-mail: flavioconche@gmail.com

Resumo: Este artigo retoma a expressão de Pierre Nora, lugar de memória, para apresentar como, em diálogo com ela, foi criado o primeiro tema do espaço de exposição do APMT. Compartilha reflexões sobre os significados de transformação e preservação que orientaram a curadoria da mostra e pondera as falsas universalidades contidas nas ideias do autor. Dando centralidade à memória e à história nos afazeres de um espaço mato-grossense de arquivo, apresenta as estratégias de difusão do APMT, suas expectativas de comunicação com o público, e descreve as ambiências da exposição.

Palavras-chaves: difusão em arquivos; memória e história; modernidade em Mato Grosso.

Abstract: This article revisits Pierre Nora's expression lieu de mémoire to present how, in dialogue with it, the first theme of the exhibition space at APMT was created. It shares reflections on the meanings of transformation and preservation that guided the curatorship of the exhibition and considers the false universalities contained in the author's ideas. By placing memory and history at the center of the practices of an archival space in Mato Grosso, it presents APMT's dissemination strategies, its expectations of communication with the public, and describes the exhibition environments.

Keywords: archival dissemination; memory and history; modernity in Mato Grosso.

Neste artigo, tentamos reunir considerações teóricas com aspectos técnicos do que vem a ser a construção de exposições culturais em um espaço de arquivo. Lançamos mão da abrangência e plasticidade da expressão consagrada por Pierre Nora¹, *lugar de memória*,

¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7/28, dez. 1993.

para apresentar os ambientes da mostra que levou o mesmo nome (*Lugar de Memória*) na primeira atividade do espaço de exposição do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), inaugurado em maio de 2024, chamado de *Espaço Memórias*.

Aceleração do tempo, criticidade histórica e diversidade das identidades sociais foram os aspectos definidores da exposição, influenciada (mas não fundamentada) pelas contribuições de Nora em *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993). Trata-se de uma apropriação que buscou envolver a primeira exposição em um objetivo triplo de alusão à materialidade simbólica e social da memória, enfoque no papel das rupturas temporais na construção de subjetividades e recorte da sobreposição cultural da memória pela história: “passagem da memória para a história [que] obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua história. O dever de memória [que] faz de cada um o historiador de si mesmo”.²

Em diálogo com tais elementos, característicos das relações modernas entre tempo, identidade e poder, a mostra inaugural do APMT trabalhou com identificações coletivas e subjetivas com o passado. E a metodologia de seleção dos documentos componentes do tema aconteceu de acordo com a necessidade de se comunicar com diferentes públicos a partir de uma narrativa ampla (mas coesa), representativa da diversidade de recortes da história brasileira e dos conteúdos documentais do acervo da instituição. Neste artigo, essas identificações são consideradas em diálogo com o debate historiográfico que orientou a curadoria, execução e mediação das atividades de construção da mostra.

A um só tempo, as identificações operaram em dois registros complementares. No registro coletivo, a exposição mobilizou documentos que remetem à memória institucional, de Estado e documental. E, no registro subjetivo, buscou-se contemplar sujeitos históricos cujas experiências são menos declaradas nos documentos, mesmo coletividades menos visibilizadas. Conforme será mais bem explorado adiante, a pessoa visitante, ao ler a carta de Maria José da Costa Ribeiro e Anna Maria Ribeiro, costureiras que se ofereceram para trabalhar com o fardamento dos combatentes da Guerra do Paraguai em 1865,³ poderia pensar sobre a realidade dessas mulheres, identificar-se com sujeitos que a “história oficial” comumente torna anônimos. Uma pessoa indígena poderia interrogar-se sobre a presença de seu povo nos domínios do Estado colonial ao ver a Carta Patente concedida a um chefe

² NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7/28, dez. 1993, p. 17.

³ Arquivo Público de Mato Grosso, Repertório Guerra ao Paraguai. BR MT APMT RGPG A1865 AA 0104. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/abaixo-assinado-passado-por-maria-jose-da-costa-ribeiro-e-anna-maria-ribeiro-ao-vice-presidente-e-comandante-das-armas-da-provincia-barao-de-melgaco>. Acesso em: 16 mar. 2026.

Guaná em 1797.⁴ A seleção documental abriu possibilidades para que diferentes públicos pudessem construir pontes, ou conhecer abismos, entre suas próprias memórias e os vestígios documentais.

Lugar de Memória mobilizou volume considerável de representações digitais de documentos expostos em painéis, biombos, televisores, projetores multimídia e uma tela interativa. Articulou problemas da história em uma narrativa que se iniciou no século XVIII e finalizou no XXI, orientada por uma pergunta que o público encontrava já na recepção: o que lembramos quando pensamos na transformação de um “pedaço de terra” em território? Dessa indagação derivaram os problemas históricos de todos os ambientes da mostra, que articularam uma diversidade de itens documentais unidos por uma questão a ser interrogada, e não por uma resposta pronta, preparada para ser consumida. A exposição apontou alterações técnicas, culturais e sociais entre conteúdos de manuscritos coloniais e de arquivos digitais. Abrangência justificada pela estratégia de tematizar amplamente a história na primeira experiência expositiva do espaço, de apresentar algo novo, interessante e promissor para o público mato-grossense, reafirmando a relevância do APMT enquanto instituição de guarda, tratamento e difusão da memória documental.

Neste artigo, assinalamos como os servidores da instituição buscaram criar comunicações com diferentes públicos de visitantes. Informamos as intenções que se fizeram presentes durante os trabalhos de construção da mostra. Indicamos vínculos com as atividades de rotina do órgão e com alguns de seus recentes ganhos institucionais.

Escrevendo de Mato Grosso (MT), estado brasileiro onde ações desta natureza não são muitas, esperamos contribuir com as reflexões sobre a história e os arquivos em uma perspectiva regionalmente ampliada e nacionalmente diversificada. Expomos as intenções da ação de difusão do APMT, pensando o “regional” dentro da história brasileira e o “nacional” a partir da história de MT. Para tanto, organizamos o artigo em sete seções, trazendo conteúdos interligados através de problemáticas da história, e que traduzem a proposta curatorial da exposição.

No item *Memória, história e lugar de memória*, compartilhamos reflexões sobre os sentidos da expressão consagrada por Nora. Destacamos as tensões e as aproximações entre a história e a memória. Em *Ponderações sobre as universalidades*, damos ênfase a alguns pontos apresentados pela historiografia sobre a “universalização” do conhecimento

⁴ Arquivo Público de Mato Grosso, Fundo Secretaria de Governo. BR MR APMT SG CP 1622. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/carta-patente-passada-pelo-governador-e-capitao-general-da-capitania-de-mato-grosso-caetano-pinto-de-miranda-e-monte-negro-versa-sobre-a-alianca-com-indios-guanas#>. Acesso em: 28 ago. 2025.

histórico, ponderando a apropriação de significados homogeneizantes fundamentados em torno da *modernidade* e mesmo do *lugar de memória*.

Já em *Lugar de Memória: a exposição do APMT*, passamos a descrever as expectativas da instituição, construídas desde o projeto de criação do espaço e da curadoria da exposição, de causar identificação e estranhamento no público de visitantes. E articulamos, em *Os ambientes da exposição*, a estrutura curatorial com os dispositivos utilizados na comunicação com as subjetividades do público, com seus sentimentos de (des)pertencimentos diante das mensagens dos manuscritos e das iconografias apresentadas em cada ambiente da mostra. Ainda, compartilhamos informações sobre o perfil de visitantes do novo espaço, de maio de 2024 ao mesmo mês de 2025.

As demais seções detalham alguns dos conteúdos principais dos ambientes. *Escrita e fronteiras* aborda a centralidade do documento escrito na constituição dos territórios e na organização social da colônia portuguesa. Oferece considerações sobre os documentos e o domínio da escrita como instrumentos de poder e aborda a experiência de (des)continuidade entre o passado e o presente criada a partir das dificuldades de leitura das representações digitais expostas dos manuscritos.

Guerra ao Paraguai explora as diferentes camadas da memória documental registrada durante a Guerra do Paraguai (Guerra Guasú, ou Guerra da Tríplice Aliança). Trabalha com o conflito privilegiando os testemunhos de pessoas registrados no acervo. Por fim, *Modernização e histórico do APMT* integra a trajetória do próprio Arquivo à narrativa expositiva. Conecta modernidade, memória e crítica historiográfica à criação dos registros que compõem o acervo da instituição (a base do material exposto) e relaciona os objetivos do tema ao lazer cultural e à construção interativa do conhecimento histórico.

Tomados em bloco, os itens encarnam os ambientes da mostra, exploram como as ambiências encenaram a tensão entre pretensões de universalidade da história e da memória, de um lado, e, de outro, os registros e as narrativas produzidos em MT. Expõem, assim, de quais formas a exposição não pretendia explicar a história, mas comunicar-se através dela, apostando na leitura envolvida das pessoas visitantes da mostra.

Memória, história e lugar de memória

O que dizer sobre o dever de preservar memórias? A pergunta estrutura o conteúdo deste artigo. Buscamos aqui menos uma definição sobre a memória, algo já amplamente discutido na história e em outras áreas do conhecimento especializado, e mais refletir sobre o marcador da ameaça do esquecimento, ou da invisibilidade, na composição do problema de sua preservação.

Se há preservação, existe algum perigo, risco de perda da integridade. E não bastaria lembrar a existência de deveres morais ou legais de preservação do patrimônio na elaboração de uma resposta à pergunta. A indagação fala sobre uma sociedade moderna que conforma a necessidade, a expectativa e o dever de preservar, para além de ser tema restrito às fronteiras dos ofícios (da história, da arquivologia), ou àquilo que é compreendido e disciplinado por leis de tombamento e gestão de arquivos.

Patrimônio imaterial ou material, histórico, cultural, natural, os nós da questão estão no mesmo fio da “aceleração da história” que, contraditoriamente, fez frente à memória e a tornou ícone, objeto de celebração. Referimo-nos, nestes termos, às considerações de Pierre Nora sobre a memória e a história, a saber: se a memória diz respeito ao estado de permanência do passado no presente, àquilo que o presente contextualmente aciona do passado, uma questão de evidência para Nora foi a sua apropriação pela história, a disciplina mediadora dos tempos desnaturalizados. “O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo”.⁵

À luz da percepção acelerada de tempo da modernidade, da consciência histórica e do dever de mudança, a memória representaria o objeto perdido já em algum grau, o arcaico, o ultrapassado, ao passo que a história mediaría a relação do presente com o passado, necessariamente, problemático e incompleto. O historiador francês propôs uma diferença relativamente simples acerca dos dois termos, e insistimos no fato de suas conclusões terem apenas orientado as reflexões apresentadas neste artigo (e inspirado os referenciais da exposição do APMT), não sendo, portanto, uma definição geral.⁶

Segundo Nora, a memória está em permanente construção, “[...] aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”⁷, transmite a bagagem cultural de um grupo, família, sem a necessidade de ser posta em perspectiva, sem assumir a forma de um problema. Diferente da história, a memória não se fundamenta em uma posição de distância “dos homens” com o tempo:

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado [...]. Memória arquivo, memória

⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7/28, dez. 1993, p. 7.

⁶ Entre outras abordagens sobre a memória e a história, para mencionar apenas trabalhos do universo francês, ver: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990; RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

⁷ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7/28, dez. 1993, p. 9.

dever, é preciso um terceiro traço para contemplar esse quadro de metamorfose: a memória-distância.⁸

Do recorte, a memória emerge de um coletivo, vincula partes à identidade de um todo, consolida identidades, sem necessariamente haver um problema de identidade. Já a história, porque demanda discurso e análises críticos, faz-se em produção intelectual e tem pretensões universais. É, ainda, secular, provém de matrizes republicanas, pertence a todos e, portanto, a ninguém em especial. Ocorre em (des)continuidades temporais, no “sentido” contrário da tradição enraizada, do mítico passado nacional, da transmissão etnológica da cultura, daquilo que Nora chamou de “memória-ideologia”.

Neste caso, há tanto tensão entre a memória e a história como uma tendência de relativização dos significados de ambos, se colocados frente a frente. O “fim da história-memória” teria aberto campo para a “história-epistemológica”, indagadora das identidades e, por fim, multiplicadora de identidades. Ao se secularizar, tornando-se história, o passado teria assumido um lugar no criticismo, em hábitos dedicados aos questionamentos da Tradição: o interrogatório da memória antes mobilizada por um “único portador”. Ao menos no que se refere à história da história francesa, a preservação da memória teria surgido de um desencontro entre o mnemônico e o histórico, isto é, desunião de significados que estavam antes em junção.

Na França dos anos 1980, de onde Nora escreveu *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993), a tradição de conhecimento especializada da história far-se-ia separada da tradição, da identidade e da memória, em termos mais amplos. Não obstante, seriam elas duas tradições de longas datas de experiências e de estudos: a memória, ligada ao passado monárquico, às tramas e verdades reivindicadas neste contexto; e a história, fundada na crítica, símbolo de quem já não se identifica completamente com a herança do passado. Dada conquista histórica sobre a memória estaria demonstrada na reavaliação do passado monárquico, na crítica às tradições, no criticismo historiográfico.

Entre os séculos XIX e XX, primeiro, memória e história construíram a identidade nacional pós-revolucionária da França. Depois, voltando-se uma contra a outra, estes mesmos passado e identidade nacionais conformaram novos alvos críticos, um movimento que não cessou de se renovar ao longo dos anos. Crítica e aceleração: na França dos anos 1980, interrogar a memória e a tradição dividia espaços com a tendência de patrimonialização dos lugares de memória e com disputas por legitimidade social de antigas memórias marginalizadas. Reafirmação e relativização de memórias e identidades ao

⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7/28, dez. 1993, p. 9;18.

mesmo tempo, duas práticas assinaladas pelo autor como referentes da historiografia e das características modernas do tempo e da história do progresso.

Afirmou Nora:

Num país como a França, a história da história não pode ser operação inocente. Ela traduz a subversão interior de uma história-memória por uma história-crítica, e todos os historiadores pretenderam denunciar as mitologias mentirosas de seus predecessores. Mas alguma coisa fundamental se inicia quando a história começa a fazer sua própria história. (...) Num país que não daria à história um papel diretor e formador da consciência nacional, a história da história não se encarregaria desse conteúdo polêmico. Nos Estados Unidos, por exemplo, país de memória plural e de contribuições múltiplas, a disciplina foi sempre praticada. As diferentes interpretações da Independência ou da guerra civil, apesar de suas implicações, por mais pesadas que sejam as tramas, não questionam a Tradição americana, seja porque, num certo sentido, ela não existia, ou não passe principalmente pela história. Ao contrário, na França (...) Fazer a historiografia da Revolução Francesa, reconstituir seus mitos e suas interpretações, significa que nós não nos identificamos mais completamente com sua herança. Interrogar uma tradição, por mais venerável que ela seja, é não mais se reconhecer como seu único portador.⁹

Nota-se uma aparente nostalgia na passagem, claro clima de instabilidade e de contatos entre elementos contraditórios. Não é que a identidade nacional, ou a consciência nacional, ou a tradição, tenha(m) perdido condições ideais para existir(em), de se fazer(em) expressa(s) naquele fim do século XX, e que Nora necessariamente lamente o ocorrido. As considerações do autor, que ganharam a atenção dos estudos especializados, França afora, estavam circunscritas à “problemática dos lugares” enquanto metáfora heurística, algo que “faz pensar”.

Por um lado, o *lugar de memória* aponta para os domínios técnicos pelos quais, via de regra, põem-se o passado em perspectiva, distancia-se do passado, e se constrói a crítica historiográfica como enfrentamento das sempre atuais atividades da memória. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações”.¹⁰ Por outro lado, a metáfora “faz pensar” acerca das características sociais de uma realidade acelerada que demanda por preservação como tipo de resposta às ameaças de esquecimento.¹¹

⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7/28, dez. 1993, p. 10;11.

¹⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7/28, dez. 1993, p. 13.

¹¹ Em diálogo com Nora, o problema da “aceleração da história” foi abordado também em: HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências de tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013; DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Naquilo que importa às introduções feitas até aqui, isto é, ao recorte apresentado de um problema proposto por nós, a partir do historiador francês, vale a pena sublinhar a hipótese de o *lugar de memória* ser necessariamente fruto da intenção consciente de se tentar fundir o passado no presente, ou seja, da vontade de fixá-lo na paisagem memorial que já o tem como “coisa do passado”.

Para Nora, lugares de memória podem ser os livros de história, se construírem breviários pedagógicos que ensinam sobre o passado e remanejam criticamente os elementos da memória. Podem ser acontecimentos, se o futuro conferir a eles grandiosidades, se neles existir agentes renomados, se, ainda, comemorações antecipadas (através da(s) mídia(s), notadamente) nascerem *a priori* como espetáculo, ou marcadores fundadores, dentro do que é relevante para o tempo progressivo que incansavelmente acumula e hierarquiza acontecimentos. Podem ser museus, monumentos, arquivos, testemunhos que buscam desacelerar sinais do desaparecimento através do depósito técnico da memória em registros materiais, simbólicos e funcionais.

Daí que em paralelo ao “dever de mudança”, do predomínio contínuo do novo sobre o antigo, existam o “dever de preservar” e, por conseguinte, os “lugares de memória”: “A necessidade de memória é uma necessidade de história [...] voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva”.¹² Na metáfora do *lugar de memória*, encontramos a aptidão moderna pela metamorfose, a transição de um “mundo de ancestrais”, onde o passado se faz vivo no presente, para outro de relação contingente, imprevisível, do presente com o passado que o criou, uma característica, segundo Nora, de “sociedades históricas”.

“Os dois grandes temas de inteligibilidade da história, ao menos a partir dos Tempos modernos, progresso e decadência, ambos exprimem bem esse culto da continuidade, a certeza de saber a quem e ao que devíamos o que somos”.¹³ Para síntese da abrangência do tema, interessa pontuar que na concepção de história de Pierre Nora se fazem presentes argumentos semelhantes às análises de Reinhart Koselleck¹⁴ sobre a história, um “singular coletivo” de inclinação universal, e acerca do “novo tempo” (significado de modernidade), fundador de nova semântica dos tempos históricos desde as revoluções francesa e industriais. Destarte, encontramos semelhanças também no que se refere à relevância da

¹² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7/28, dez. 1993, p. 14.

¹³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7/28, dez. 1993, p. 19.

¹⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

crítica (do hábito de fazê-la, do criticismo) para os marcos da formação do pensamento histórico.¹⁵

Ponderações sobre as universalidades

Na encruzilhada entre a memória e a história, *grosso modo*, teria a história encarnado universalidades, uma cisão valorativa que a distinguiria da memória. E as maneiras de explorar melhor a questão, mesmo que brevemente, não são poucas.

Maria da Glória de Oliveira¹⁶, historiadora brasileira, recorda que o cearense Capistrano de Abreu, no tardar do século XIX, construiu indagações sobre as fontes históricas dos arquivos da Biblioteca Nacional, da Torre do Tombo e, em destaque, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), comparando cópias de documentos e transcrições, notavelmente, as feitas por Francisco Varnhagen. Credibilidade das fontes e interpelação da escrita especulativa: a “ida da história” aos arquivos, além de operação epistêmica de dimensão transeuropeia (representada por Capistrano), seria o indício da transformação do “eu vi” (da testemunha viva) em pesquisa, organização técnica, leitura, compreensão, explicação e representação textual do passado do Brasil.¹⁷

Em retrospectiva sucinta, lembramos que Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues foram admiradores do método histórico de Capistrano.¹⁸ Também eles incorporaram registros documentados (desde os anos coloniais) e discussões das primeiras gerações do IHGB (criado em 1838) em conjunto de eventos do passado apreendido em cadeia cognitiva capaz de construir narrativas diversas, porém, coesas com a escrita da história nacional. Na cisão valorativa entre a história e a memória, e em perspectiva relativamente global, a primeira pôde representar tanto a imparcialidade, quanto a crítica a ela: o império da eloquência crítica de uma sobre a outra.

¹⁵ Segundo Koselleck, foi essa história, a princípio burguesa, crítica dos despotismos, que pôde arbitrar, moral e politicamente, em favor de utopias de liberdade e justiça (de prognósticos), para além de ter posto o passado em posição de distância, metodológica e ideologicamente, em favor de esclarecimentos sobre fatos e verdades das ciências. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999.

¹⁶ OLIVEIRA, Maria da Glória. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

¹⁷ O exemplo de Capistrano no IHGB é emblemático, mas, sobretudo, oportuno. Thiago Lima Nicodemo, Pedro Afonso Cristovão dos Santos e Mateus Henrique de Faria Pereira assinalam como nas leituras do cearense ecoaram a história da tradição especializada (da historiografia) do Brasil em diálogo profundo com a história da Alemanha, França e Inglaterra. Com os autores, fica apresentado o perfil “periférico” da modernidade brasileira e ponderada a questão do isolamento social dos brasileiros diante do Velho Mundo. Ver: NICODEMO, Thiago Lima *et al.* *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

¹⁸ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira de *et al.* *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

Onde colocar os indígenas na história do Brasil? Antes ou depois da “descoberta” cuja colonização é um determinante de cronologia e de “civilização”? Tais perguntas fizeram parte do universo teórico e prático da escrita do passado, por exemplo, do próprio Varnhagen – antecessor de Capistrano no IHGB. Nesta direção, Temístocles Cezar¹⁹ pontua como a função da história da nação, ao menos aquela de protagonismo do IHGB, bebeu do conceito organizador dos ocorridos no tempo e dos recursos narrativos históricos para delinear as fronteiras do nacional. E o que queremos demonstrar neste artigo é que estes pontos, dúvidas e respostas possíveis, estiveram igualmente na curadoria e montagem da mostra do APMT.

Não obstante o domínio crítico, a historiografia brasileira provou ser também um instrumento das demandas dos tempos presentes, de míticas seculares das nações e dos Estados. “Trata-se, finalmente, de lições que ensinam que a história serve, sem, contudo, revelar, como diria Lucien Febvre, o quanto assim ela se torna serva”.²⁰

De volta à indagação: *o que dizer sobre o dever de preservar memórias?*, oferecemos, assim, uma resposta tripla, e limitada ao diálogo com a metáfora de Nora. Primeiro, nem a história, comparada à memória, está livre de usos do passado que influenciam na decisão daquilo que deve ou não ser preservado. Segundo, nem o objetivo da “história-epistemológica” de inscrever a memória em conjunto mais vasto de recortes e seleções, comparação entre fontes e crítica documental, pode ser considerado sinônimo de resgate da verdade dos fatos passados. Terceiro, nem a memória é apenas o passado arcaico da história da história, objeto limitado à paisagem mítica, substituída pelos tempos desnaturalizados e uniformizantes das “sociedades históricas”.

Em nosso diálogo com *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993), é preciso delimitar o “lugar epistêmico”²¹ do texto de Nora para que possamos sublinhar também o que há de diferente no Brasil e em MT. Vale a pena não perder de vista que memória e criticidade histórica foram parte de um mesmo e amplo processo de seleção e encobrimento de memórias em um Brasil inventado à luz de hierarquias e comparações com o “restante do mundo” e as diferentes regiões do próprio território nacional.

Se podemos falar sobre uma mesma sociedade moderna, representante do “dever de mudança” e do “dever de preservar”, cabe manter em visão os abismos geopolíticos da

¹⁹ CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006; CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira de et al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

²⁰ CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira de et al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 119.

²¹ PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018.

“aceleração da história” e da “história-crítica” entre diferentes lugares do globo.²² Aceitando a hipótese de Nora sobre a “tradição americana” não ter passado pelos mesmos caminhos da operação crítica francesa, podemos fazer avaliação semelhante acerca da memória nacional brasileira ter sido desenvolvida pelo IHGB “apenas” no final do século XIX, uma instituição encarregada de construir a memória nacional, a identidade brasileira, entre ditos e não-ditos da “formação brasileira”.²³

Se os anos 1980 foi a época da patrimonialização em um país com crescente urbanização e em crise econômica (causada, sobretudo, pelos preços do petróleo em perspectiva global), caso da França²⁴, foi no mesmo recorte cronológico que países do Cone Sul se redemocratizaram, fazendo da memória um instrumento de reparação jurídica, moral e social, perante os crimes das ditaduras.²⁵ Ponderação que assinala os diferentes sentidos políticos da memória em um mesmo espaço cronológico (os anos 1980), que indica as contemporaneidades do não contemporâneo desta “crítica universal” da história, que sublinha as especificidades dos debates públicos e das cidadanias às voltas de modelos e hierarquias da modernidade.²⁶

Tais casos representam distinções sociais que não tornam imprecisas as considerações de Nora, mas que diminuem a coerência de suas homogeneidades, mesmo alguns de seus sentidos, quando aplicados em escalas menos “universais”.

Se as últimas décadas do século XX marcaram o divórcio francês entre a memória e a história, vale a pena manter em nosso horizonte de considerações o fato de o ensino universitário de história e arquivologia no Brasil ter se institucionalizado “apenas” na década de 1970,²⁷ ainda, que o baixo investimento na criação e manutenção de museus, centros de memória, bibliotecas, arquivos etc. foi a regra (e não a exceção) da história brasileira.²⁸ Interessa entender que os arquivos públicos, compreendidos historicamente como espaços

²² PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018.

²³ OLIVEIRA, Maria da Glória; FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Ordenar o tempo, nacionalizar o passado: temporalidade, historiografia e “formação” do Brasil. *Historein*, v. 17, n. 1, 2018.

²⁴ VIEIRA, Guilherme Lopes. O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. 2017. *Mosaico*, v. 8, n. 12, p. 139-162, 2017.

²⁵ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

²⁶ RUFER, Mario. Tempo, nação, história. In: *Às voltas com o pós-colonial: o conceito e suas implicações*. Serra: Milfontes, 2024, p. 57-87.

²⁷ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira de et al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011; SANTOS, Paulo Roberti Elian dos. Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. *Acervo*, v. 35, n. 3, 2022, p. 1-34.

²⁸ BARBOSA, Andrea Cristina Oliver; SILVA, Haiké Roselane Kleber da. Difusão em Arquivos: definição, políticas e implantação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Acervo*, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012; VIEIRA, Guilherme Lopes. O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. 2017. *Mosaico*, v. 8, n. 12, p. 139-162, 2017.

de depósitos de memórias que o Estado conservou, em detrimento das que prescindiu, oscilaram entre o lugar de guarda de documentos da Administração Pública e o *locus* da monumentalização do “acervo histórico oficial”, dois marcadores de poder e distância simbólica entre a memória documental e a sociedade.²⁹

A ideia de arquivos para grande parte da população brasileira se remete a essas “mensagens passadistas” e à distinção social. Fratura entre o presente e o passado que tem a Administração Pública e as pesquisas especializadas como públicos seletos – importantes, mas restritos, se observados da expectativa de uma legitimidade social mais ampla.

Da guarda de documentos à difusão dos itens documentais e à promoção de acesso para públicos ampliados, dos sistemas de arquivos das décadas de 1970 e 1980 à Lei Nacional de Arquivos de 1991, os avanços dos serviços nos arquivos foram resultados, em grande medida, de trabalhos, reflexões e estratégias das próprias instituições.³⁰ E a difusão, por assim dizer, foi um desdobramento das ações de ampliação das audiências causadas por tais afazeres, uma extensão do tratamento técnico orientado pela máxima de o documento difundido ser um documento conhecido e, portanto, reconhecidamente pertencente ao patrimônio público.³¹

Como observam Camila Furlan da Costa, Igor Baptista de Oliveira Medeiros, Guilherme Brandelli Bucco³² e Bruno Costa Guimarães,³³ há considerável disparidade entre as políticas públicas de cultura no Brasil. Com recursos concentrados em estados do sudeste, sul e nordeste, respectivamente, as regiões centro-oeste e norte vivem necessidades de investimentos que trazem desafios de criação e manutenção de (novos) espaços culturais. Dado que se alinha com o fato de o centro-oeste equivaler a 2,09% do total de instituições de arquivo do Brasil.³⁴ Realidade fundante de uma dupla de desafios para a difusão através de exposições culturais como a do APMT.

Exposições como atividades de difusão podem ser lidas como ações de promoção das instituições de arquivo e dada estratégia de conquista de melhores condições dos afazeres típicos das instituições (higienização de documentos, identificação, organização, descrição,

²⁹ JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n.2, 1995, p. 1-13.

³⁰ BUENO, Danilo André Cinacchi; RODRIGUES, Ana Célia. Dos sistemas de arquivos à gestão de documentos. Reflexões acerca das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil. *Acervo*, v. 34, n. 1, 2021, p. 85-108.

³¹ PARRELA, Ivana D. História pública e a função de difusão nos arquivos. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (Org). *Fazendo História Pública*. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 151-168.

³² COSTA, Camila Furlan da; MEDEIROS, Igor Baptista de Oliveira; BUCCO, Guilherme Brandelli. O financiamento da cultura no Brasil no período 2003-15: um caminho para geração de renda monopolista. *Revista da Administração Pública*, Rio de Janeiro, 51 (4), jul.-ago. 2017, p. 509-527.

³³ GUIMARÃES, Bruno Costa. Concentração cultural: por que podemos dizer que, no Brasil, o investimento na cultura está mais concentrado que o PIB? *Mediações - Revista de Ciências Sociais*. 25 (2), 2020, p. 412-426.

³⁴ CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Relatório técnico sobre censo de arquivos públicos instituídos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2020.

digitalização, indexação em plataformas de acesso etc.), todos eles, demandantes de recursos técnicos e financeiros.³⁵ Eis uma estratégia de conquista de relevância diante dos governos e de legitimidade frente à sociedade, no limite, uma maneira de subverter, de lidar, e não necessariamente de romper, com as hierarquias, homogeneizações e fraturas do tempo moderno.

O “novo” para garantir o “antigo”, o “antigo” para subsidiar o “novo”. A difusão e, particularmente, as exposições, sob a forma de trabalhos de ampliação das audiências, de promoção de acesso aos documentos, mas também de uma aposta de ganhos institucionais. O aproveitamento de trabalhos de organização e identificação dos itens documentais em exposições que lançam mão dos acervos organizados, da praticidade de se trabalhar com documentos tratados, para oferecer experiências com qualidade diferenciada aos usuários.

Lugar de Memória: a exposição do APMT

Saber reunir tais considerações em uma mesma ação provou ser desafio tão teórico quanto prático para a construção da exposição *Lugar de Memória*. A concepção curatorial se concentrou na materialidade simbólica e social da memória, no enfoque para as rupturas temporais no papel de construção de subjetividades e no recorte da sobreposição cultural da memória pela história.

Neste tom provocativo, e um tanto amplo, o primeiro tema do espaço permanente de exposição do APMT buscou apresentar algo novo, interessante e promissor, reafirmando a sua relevância enquanto instituição de guarda, tratamento e difusão da memória documental. Tentou construir comunicação com o público de especialistas e com a sociedade (mato-grossense) em geral.³⁶

Inauguração do espaço e primeira mostra aconteceram em maio de 2024, compreenderam o fim da reforma de melhoria das dependências do APMT e foram uma realização para a equipe de servidores do Arquivo. *Espaço Memórias*, nome do novo espaço, nasceu do desdobramento de um projeto existente desde 2016, reescrito em 2023 – registro

³⁵ SANTOS, Keyla; BORGES, Jussara. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. *ÁGORA: Arquivologia Em Debate*, v. 24, n. 49, 2014, p. 311-342; BRITTO, Augusto César Luiz; MOKARZEL, Marisa de Oliveira; CORRADI, Analaura. O arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. *ÁGORA: Arquivologia Em Debate*, v. 27, n. 54, 2017, p. 158-182.

³⁶ Fazemos nossas as palavras de Andrea Cristina Oliver Barbosa e Haïke Roselane Kleber da Silva: “Entendemos por público em geral aquele que não se utiliza dos serviços do Arquivo ou mesmo aquele que não tem conhecimento e familiaridade com a instituição”. Ver: BARBOSA, Andrea Cristina Oliver; SILVA, Haïke Roselane Kleber da. Difusão em Arquivos: definição, políticas e implantação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Acervo*, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012, p. 62. Além do texto, outra referência importante para a formulação das considerações da oportunidade foi o artigo: BRITTO, Augusto César Luiz; MOKARZEL, Marisa de Oliveira; CORRADI, Analaura. O arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. *ÁGORA: Arquivologia Em Debate*, v. 27, n. 54, 2017, p. 158-182.

manifesto do avanço da difusão em um cotidiano institucional. E algo semelhante pode ser assinalado acerca da exposição *Lugar de Memória*, um tema em discussão desde 2016.

Conforme argumentamos, os dois casos expressam alguns dos resultados do percurso institucional do APMT. Nos últimos vinte anos, as atividades de arquivo no Brasil consolidaram a difusão como parte central de suas estratégias de comunicação. E, no caso do APMT, isto se materializou, resumidamente: na estruturação do AToM (*Access To Memory*), aplicação *open source* baseada na *web* para descrições arquivísticas, fundamentada em padrões pelos quais se oferece a disseminação ostensiva do acervo;³⁷ na criação e repaginação do site da instituição;³⁸ na reconstrução constante das visitas técnicas e guiadas (que hoje acontecem ofertando recortes temáticos de acordo com perfis de visitantes); na participação dos servidores em eventos nacionais; no oferecimento de cursos de capacitação para os usuários, de colóquios e seminários; além, é claro, da entrada do APMT no universo das redes sociais;³⁹ e das mobilizações intersetoriais da equipe na construção da exposição *Lugar de Memória* (Tabela 1).

Coordenadoria da Exposição
Flávio Conche do Nascimento, Hilário Noriyuki Teruja Jr e Vanda da Silva
Curadoria, Execução e Mediação
Ângelo Carlos Carlini de Moraes, Carlos André Quintiliano Ferreira, Daniele Rodrigues Steffer, Flávio Conche do Nascimento, Giovana Caldas Meirelles Mello, Helio Aparecido dos Santos, João Rodrigo Pinheiro Acosta de Carvalho, Julia de Souza Nascimento, Kauê Bleno Costa Teixeira, Lauro Virginio de Souza Portela, Lucineide Alves Ferreira, Ludmila Cardoso Raia, Nancy de Almeida Araújo, Patrícia Helena Santos da Costa Jaeger, Patrik Cruz Moreira da Silva, Samirys Fernandez dos Santos, Thainara Dias Monteiro, Uiran Costa Strini de Barros e Waltemberg de Sousa Santos
Projeto Gráfico e Identidade Visual
Flávio Conche do Nascimento, Lena Tavares Lira, Ludmila Cardoso Raia e Patrik Cruz Moreira da Silva

Tabela 1: Ficha Técnica da exposição *Lugar de Memória*

Tal percurso se materializou, ainda, nas recentes transformações da estrutura interna do APMT. Por meio do Decreto Nº 706, de 13 de novembro de 2020, foi criada no Arquivo a Coordenadoria de Preservação e Difusão e Apoio à Pesquisa (CPDAP). Quase quatro anos depois, por força do Decreto Nº 872, de maio de 2024, esta mesma coordenadoria foi reposicionada enquanto Coordenadoria de Gestão da Memória Documental, mantendo a sua missão de atender ao consulente, preservar e difundir a memória institucional de MT.

³⁷ Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

³⁸ Disponível em: <https://www.apmt.mt.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

³⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicomt/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

A criação equiparou, na estrutura interna do APMT, os afazeres com os documentos de natureza permanente, o acesso e a difusão de itens históricos e probatórios, às atividades de coordenação dos processos de trabalho de gestão de documentos, regulamentação e normalização dos instrumentos necessários a essas atividades no âmbito de todo o Poder Executivo de MT. Efetivou o APMT como instituição dividida em duas grandes frentes de trabalho, intercaladas e não-hierárquicas entre si: de guarda e acesso aos documentos do acervo do Arquivo e de orientação e construção de requisitos de gestão de documentos e da memória documental em órgãos e entidades do Executivo estadual.⁴⁰

Figura 1: Detalhes do *Espaço Memórias* e de sua primeira exposição, *Lugar de Memória*. Fotografia: Ludmila Cardoso Raia. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso.



O espaço de exposição e o seu primeiro tema tentaram se estabelecer no exato limiar entre a memória e a história discutida anteriormente. Os itens expostos, acompanhando a intenção prevista desde o projeto de privilegiar na curadoria materiais do acervo do APMT, foram representações digitais de documentação escrita e iconográfica (Figura 1). Aproveitamos da abrangência e plasticidade da expressão de Pierre Nora (1993), de sua inserção na história e na subjetividade, para trabalhar com relativa liberdade, procedimento técnico e adaptação do *lugar de memória* para o contexto de uma exposição em MT e feita na abertura do século XXI.

⁴⁰ Conforme o Decreto Nº 1.490, de dezembro de 2022, a Superintendência de Arquivo Público (SAP), nome menos conhecido do APMT, está vinculada à Secretaria Adjunta de Patrimônio e Serviços da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG). E, atualmente, a distribuição de seus setores ocorre assim: Coordenadoria de Gestão da Memória Documental; e ligados a ela: a Gerência de Preservação; e a Gerência de Difusão e Apoio à Pesquisa; a Coordenadoria de Gestão de Documentos (existente desde antes de 2020); e ligados a ela: a Gerência de Gestão de Protocolo e Arquivo; a Gerência de Disseminação da Política de Gestão de Documentos; a Gerência de Validação dos Documentos Digitais para o SIGADOC; e a Gerência de Suporte ao Usuário do SIGADOC.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testemunho, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança. Os três aspectos [material, simbólico e funcional] coexistem sempre.⁴¹

Com o *Espaço Memórias* e o seu tema inaugural, tivemos a expectativa de oferecer para o público uma experiência de problematização e crítica, algo que pudesse ser desenvolvido por atividades especializadas de ensino e pesquisa, pelo turismo e ações declaradamente culturais.

No recorte, assumimos uma estratégia de comunicação simultânea com o público especializado e não especializado. Visamos a comunicação do APMT com pessoas familiarizadas com os seus afazeres, com a consulta de documentos, mesmo com a sede da instituição, localizada no centro da cidade de Cuiabá-MT. Para além disso, consideramos interações provocadoras de identificação e estranhamentos. Em nossa expectativa, o público poderia se sentir pertencente às histórias narradas nos ambientes do espaço da exposição, notar suas próprias ausências de recordação diante das informações apresentadas, construir interfaces entre as suas memórias e o roteiro da visita, destacar as faltas sentidas nas histórias, mesmo que sem anunciá-las. Objetivamos dialogar com quem não frequenta o APMT, com pessoas que sequer sabem de sua existência, com quem apenas passa em frente de seu prédio-sede.

Para a inauguração, o *Espaço Memórias* foi equipado com painéis, biombos, televisores, projetores multimídia e uma tela interativa. Desde a abertura, o local vem atendendo a diferentes públicos. Monitores acompanham as visitas e, se solicitados, conduzem uma atividade guiada. Recebe visitas livres e agendadas, acolhe visitas de grupos e individuais. Sendo o espaço pensado e gerido por profissionais da história, em sua maioria, a viabilidade da infraestrutura demonstra como a curadoria extrapolou a seleção documental, tendo exigido domínio de gestão e conhecimento de ritos administrativos.

De acordo com o registro de presença, até maio de 2025, o *Espaço Memórias* atendeu, sobretudo, a escolas secundaristas e universidades: 43% do público foi de estudantes em 2024 e 56% correspondeu ao mesmo perfil em 2025. Além da cidade de Cuiabá, a

⁴¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7/28, dez. 1993, p. 21.

proveniência das pessoas foi de Várzea Grande, Lucas do Rio Verde, Cáceres e Rondonópolis, para citar apenas os cinco primeiros municípios mencionados no registro.

Lugar de Memória abriu o novo espaço tendo esse desafio de comunicação com público ampliado de usuários do Arquivo. Razão de termos optado, neste artigo, por fazer descrições relativamente detalhadas dos conteúdos e das intenções do primeiro tema de exposição.

Conforme afirmamos anteriormente, os recortes da mostra compreenderam a questões abrangentes, formadoras de ambiências. E foram elas: a administração e a política coloniais; as transformações dos territórios e a construção das fronteiras geopolíticas; a Guerra do Paraguai, chamada na oportunidade de *Guerra ao Paraguai*; os processos de urbanização de Cuiabá dos anos 1940 e 1970; os afazeres do APMT e a história da instituição. Sendo interessante sublinhar a ausência de títulos individuais para os ambientes, uma decisão consciente, fruto do objetivo de que as visitas pudessem construir entendimentos intersubjetivos, de acordo com os perfis de cada visitante e dentro das fronteiras do tema.

Contando com previsão orçamentária para os próximos anos, a realização de novas exposições ocorrerá em cumprimento da missão institucional do APMT. E cabe ressaltar que *Lugar de Memória*, na data de publicação deste artigo, já cumpriu seu papel inaugural, substituída por outra mostra: *Cuiabá: (Com)Fluências de um rio*, dedicada a homenagear a importância histórica, cultural e socioambiental do rio Cuiabá. A segunda exposição do *Espaço Memórias* deu sequência às premissas curatoriais da primeira atividade, mas incorporou experiências e reflexões acerca das diretrizes e estratégias das mediações, critérios ainda em consolidação no APMT.

Os ambientes da exposição

Expostas as considerações que orientaram a criação do *Espaço Memórias* e da exposição *Lugar de Memória*, oferecemos, por fim, os detalhes das ambiências do tema inaugural. Optamos por indicá-los acompanhando o roteiro imaginado para as visitas. E, neste sentido, reproduzimos abaixo o texto que compunha o biombo de recepção, sublinhando a pergunta norteadora da mostra:

O que seria um lugar de memória? Aquele que nos remete a outro espaço, outro tempo, que não o nosso? Ele é nosso, pertencente ao coletivo, às pessoas que através dele podem viver experiências, mas cada uma à sua maneira. É em si um lugar. Nele, está a lembrança, recordação daquilo que nos é familiar, mas também a descoberta de que não existe registro, em nossas mentes, de experiências familiares para se lembrar. Lembrança caminha ao lado de esquecimento, ambos fazem parte de uma mesma

dimensão do espaço e do tempo. Daí que no lugar de memória sejamos convidados também a criar memórias.

Tema de inauguração do Espaço Memórias do Arquivo Público de Mato Grosso, Lugar de Memória dá o título de sua primeira exposição. A atividade está respaldada por amplo recorte de documentos cujos conteúdos têm um elemento unificador: os territórios, ou melhor, a concepção de determinado território representada nos registros documentais que estão sob a guarda desta instituição. *O que lembramos, ou não, quando pensamos na transformação em território de determinado pedaço de terra?* Território é local de convívio, de trocas, conflitos, negociações.

Dando enfoque para o passado brasileiro a partir de registros oficiais produzidos em Mato Grosso, Lugar de memória visa oportunizar experiências de familiaridades e descobertas. Aqui, estão vestígios de maneiras de viver passadas com os quais hoje podemos nos identificar, ou estranhar. Estão representados diferentes territórios, relações de poder entre os interesses pela soberania de uma mesma terra, fronteiras nascentes dessas relações, em seus diferentes significados, mudança das percepções dos espaços, da colonial fortaleza Real Forte Príncipe da Beira ao moderno prédio da Secretaria Geral.⁴²

No *Almanaque Lugar de Memória: conteúdo estendido da exposição*, acessível por meio de código QR (*Quick-Response*) disponível no biombo de abertura, demos explicações acerca da seleção dos documentos da exposição, oferecemos possibilidade de melhor aprofundamento de seu conteúdo. Ademais, quatro biombos informaram o roteiro esperado da visita. Não obstante a escolha tenha sido uma intervenção no ato decisório da pessoa visitante, foram os corredores, e não os textos dos painéis, que instruíram o caminho esperado.

O curso das mudanças de ambientes almejado pelas experiências dos visitantes acompanhou o diálogo intersubjetivo entre cada momento da visita: as transformações dos territórios se relacionaram com a Guerra do Paraguai; os processos de urbanização anunciaram questões da história do APMT etc. Os biombos, estruturas móveis, criaram níveis e formas de ambientes. Dinâmica aproveitada para construir uma previsão de trânsito que tentou valorizar, entre um momento e outro da interação, as transformações dos territórios mato-grossenses em seus aspectos de poder, construção de identidades e tensão da memória com a história.

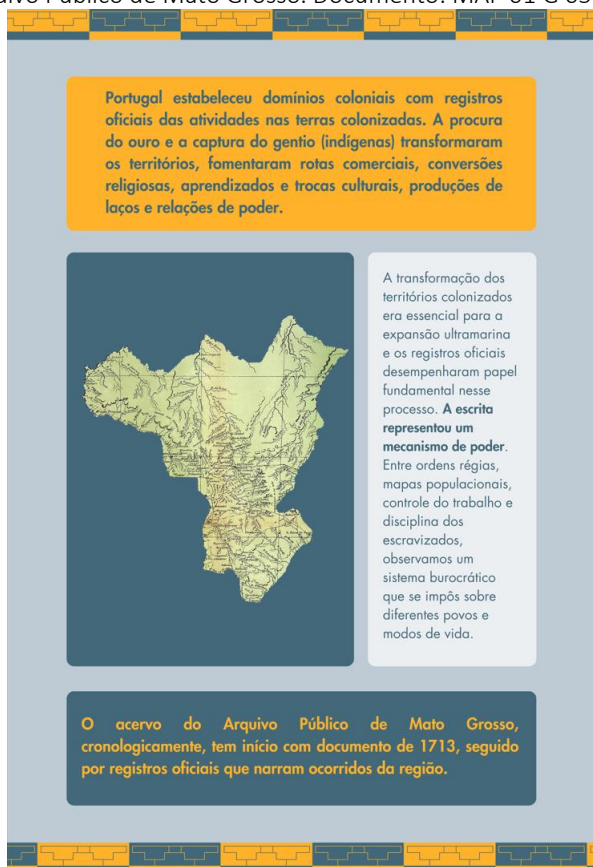
Escrita e fronteiras

No primeiro ambiente, seis painéis de parede apresentaram o domínio da escrita como elemento do processo de transformação territorial da colonização portuguesa (Figura 2). Entre mapas de população, um Bando (ordem de governo) e iconografias dos séculos XVIII e XIX, foram assinaladas as estratégias de registros escritos utilizadas no controle administrativo da população local (mulheres e homens, divididos em idade e *status* legal, se

⁴² EXPOSIÇÃO LUGAR DE MEMÓRIA, 2024. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, maio, 2024, grifo nosso.

escravizados ou livres), bem como a construção de aspectos de autenticidade e de estilo de escrita da documentação setecentista.

Figura 2: Arte de painel da exposição feita sobre a Carta dos limites entre Mato Grosso e Goiás de 1908. Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso. Documento: MAP 01 G 05 P 06.



Em outro biombo, localizado em frente ao anterior, trouxemos a representação de dois documentos impressos em grande escala – acessíveis na íntegra via código QR, com as transcrições inclusas. Um deles era o Requerimento de Sesmaria de Francisco de Castro da Silveira (preto forro) ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, datado de 1773.⁴³ O outro era a Carta Patente passada pelo Governador e Capitão-General da Capitania, Caetano Pinto de Miranda e Monte Negro, ao chefe dos índios Guanás, Ayres Pinto, de 1797.⁴⁴

⁴³ Arquivo Público de Mato Grosso, Coleção Sesmarias. BR MR APMT SES RQ 0050. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/requerimento-de-francisco-de-castro-da-silveira-ao-governador-e-capitao-general-da-capitania-de-mato-grosso-luiz-de-albuquerque-de-melo-pereira-e-caceres>. Acesso em: 28 ago. 2025.

⁴⁴ Arquivo Público de Mato Grosso, Fundo Secretaria de Governo. BR MR APMT SG CP 1622. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/carta-patente-passada-pelo-governador-e-capitao-general-da-capitania-de->

Com a escolha, buscamos indicar duas abordagens possíveis da complexa estrutura social do processo de colonização. Francisco da Silveira, preto forro, requer o direito de explorar terras através do instituto das sesmarias, o que demandaria da parte dele a comprovação da capacidade de produção nas terras, por exemplo, “dar prova” da posse de pessoas escravizadas. A concessão de direito de vassalagem à liderança guaná, Ayres Pinto, o incorporaria à soberania portuguesa, ao mesmo tempo que conferiria privilégios distintos aos Guaná, em comparação com os demais povos nativos. No mesmo biombo, segundo trecho com maior volume de material escrito da exposição (o primeiro foi o item de abertura), oferecemos o seguinte esclarecimento, em caixa de texto disposta exatamente ao lado das representações do requerimento e da carta patente:

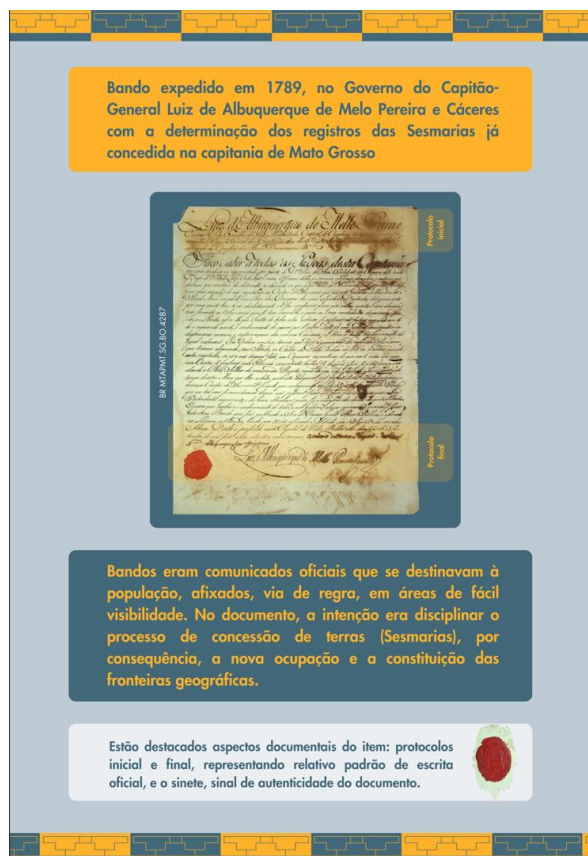
As primeiras incursões europeias ao futuro Mato Grosso são do século XVI. Deixaram cartografias e narrativas acerca do mítico Mar de Xarayés – depois, chamado Pantanal. Nos séculos seguintes, parte dessa região recebeu as Reduções Jesuíticas espanholas, aldeamentos feitos com o objetivo da catequese de indígenas. Recebeu também as migrações paulistas, motivadas pela busca de mão de obra indígena e do ouro.⁴⁵

Até as fixações portuguesas, indígenas e escravizados não tinham a escrita como instrumento de registro de suas memórias. De forma que o domínio escrito acabou por se estabelecer como um dos traços mais marcantes da história moderna e da memória institucional que os documentos do APMT testemunham. Tornou-se, em síntese, instrumento de prova e mecanismo de controle, administração, política e disciplina (Figura 3).

Figura 3: Arte de painel da exposição feita sobre bando de 1789. Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso. Documento: BR MT APMT.SG.BO.4287.

[mato-grosso-caetano-pinto-de-miranda-e-monte-negro-versa-sobre-a-alianca-com-indios-guanas#](#). Acesso em: 28 ago. 2025.

⁴⁵ EXPOSIÇÃO LUGAR DE MEMÓRIA, 2024. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, maio, 2024.



Adotando como premissa que as fronteiras geopolíticas são criações sociais, em outras duas faces de biombos, indicamos como o território de MT foi proveniente da extrapolação portuguesa do Tratado de Tordesilhas. Na primeira face, lançamos mão de representações do Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira, de 1776 – três páginas com transcrições organizadas lado a lado dos itens, para facilitar a compreensão.⁴⁶ Na segunda, mapas de MT dos anos de 1868, 1908 e 1952 ficaram em destaque, todos impressos em grande escala, para indicar três contornos já praticados antes como fronteiras de estado.⁴⁷

Transcrições de documentos expõem diferenças de forma e conteúdo dos tempos sociais. Aliadas às mudanças dos limites geopolíticos, introduzem como a linguagem e outros universos de simbolização são históricos. Observada de nosso tempo, isto é, das experiências históricas de hoje, a dificuldade de leitura da documentação, um dos alvos da

⁴⁶ Arquivo Público de Mato Grosso, Fundo Real Forte Príncipe da Beira. BR MTAPMT RFP AU 0002. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/auto-de-fundacao-da-fortaleza-do-real-forte-principe-da-beira-assimado-pelo-governador-e-capitao-general-da-capitania-de-mato-grosso-luiz-de-albuquerque-de-melo-pereira-e-caceres>. Acesso em: 28 ago. 2025. A fortaleza é parte do Patrimônio Histórico Nacional brasileiro e em 2018 o referido fundo foi incluído no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo (MOW), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

⁴⁷ Arquivo Público de Mato Grosso, 1868 – Matto Grosso – Atlas do Império do Brasil, de Candido Mendes, Carta XXIII; 1908 – Matto Grosso – Atlas dos Estados Unidos do Brazil, por Theodoro Sampaio. MAP. 01 – G. 05 – P. 06. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinhas, 1952. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/36212>. Acesso em: 28 ago. 2025.

curadoria da mostra, procurou assinalar as relações de (des)continuidades entre o passado e o presente.

Tomando como base as experiências de visitas guiadas do APMT, podemos afirmar que os estilos de escrever de outros tempos costumam causar estranhamento no público não especializado. Ao deparar-se com os manuscritos, frequentemente, parece faltar (ou sobrar) algo, o documento ganha um aspecto “exótico”, “ilegível”, “diferente do tempo presente”, “coisa do passado”. Avaliação que se fez presente em *Lugar de Memória* não somente como oportunidade de se explorar o passado (nacional), mas também como observação crítica da identidade, da tradição e da memória (nacionais): o estranhamento gerado pelas descontinuidades entre o passado e o presente serviu como ponto de partida para a mediação entre subjetividades e passados que parecem inacessíveis, ação conduzida pelos monitores do espaço e o público, ou livremente, por professores visitantes, guias turísticos, pelos próprios juízos da visita livre.

Após a Independência do Brasil, a distribuição de poderes para representantes da monarquia em lugares distantes dos centros de governo foi em certa medida continuada pelo Império. Conforme indicaram João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa,⁴⁸ Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus,⁴⁹ António Manuel Hispanha⁵⁰ e Ernesto Cerveira de Sena,⁵¹ foram características que adentraram no Império: o poder de Estado descentralizado; os sistemas políticos corporativos; a relevância econômica da mão de obra escravizada e da produção agrícola; as ambiguidades locais resultantes de acordos construídos em esfera nacional. Compreensões que, na exposição, nortearam a maneira de construir a passagem dos problemas da escrita e, sobretudo, das fronteiras, para o enquadramento do ambiente voltado para a Guerra do Paraguai.

Guerra ao Paraguai

Intitulada de *Guerra ao Paraguai* para indicar dado equilíbrio das responsabilidades dos países envolvidos no conflito ocorrido entre 1864 e 1870, um painel de parede, três televisores e um projetor multimídia concentraram na exposição as representações pertinentes a esse evento histórico. Eis o conteúdo do painel que apresentou o ambiente:

⁴⁸ FRAGOSO, João *et al.* (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁹ ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Orgs.). *A terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.

⁵⁰ HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviathan. *Almanack Brasiliense*. São Paulo, nº 5. p. 55-66. 2007.

⁵¹ SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes: a dinâmica política nas fronteiras do Império (Mato Grosso – 1834-1870)*. Cuiabá: Carlini & Caniato/EduUFMT, 2009.

A Guerra Guasú, como chamam os paraguaios, ou Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, ou Guerra do Paraguai, foi um dos ocorridos mais marcantes do continente sul-americano. Quatro países estiveram envolvidos (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), com grande número de mortos e um país praticamente destruído. Questões de fronteira foram determinantes. Durante cinco anos o Brasil esteve em mobilização na guerra. Do conflito, documentos deixaram registros da tomada do Forte de Coimbra, da morte do presidente paraguaio, do adoecimento dos combatentes e da participação popular.⁵²

No primeiro televisor, em vídeo de 07:08 minutos, com transcrição narrada em áudio, oferecemos a leitura de trechos do Livro de Matrículas de Escravos da Alfândega de Albuquerque (1858-1867) tomado pelos paraguaios e aproveitado para o controle das distribuições da carne do gado abatido em território brasileiro. O livro deveria listar o nome, a cor e o ofício das pessoas escravizadas, mas é aberto pela exclamação, escrita em espanhol: “Viva a República do Paraguai!”. Da leitura, apresentamos no mesmo vídeo o Repertório Guerra ao Paraguai, disponível no ATOM.⁵³ Convidamos o visitante a conhecer o trabalho recém-concluído de identificação, digitalização e indexação de itens documentais pertinentes à guerra.⁵⁴

Em sequência, abrimos outro vídeo, de 05:53 minutos, afirmando que: “Como mostra a documentação do Arquivo Público de Mato Grosso, o esforço de guerra contra os paraguaios teve um engajamento bastante disseminado entre diversas camadas da população mato-grossense”.⁵⁵ Neste segundo televisor, uma linha do tempo organizou os seguintes recortes da guerra, todos contemplados por documentação: o ultimato paraguaio (1864); a resposta ao ultimato (1864); a tomada do Forte de Coimbra (1864); a mobilização civil (1865); e a participação dos povos originários (1867). Histórico que encontrou na terceira tela, em vídeo de 07:53 minutos, a mesma estratégia de organização, dos seguintes eventos: a epidemia de varíola (1867); a Batalha de Lomas Valentinas (1869); a batalha final (1869); e a morte de Solano Lopez (1870).

Indicamos no ambiente como as autoridades de Estado enxergaram a guerra e, em especial, como as pessoas foram atingidas e se mobilizaram diante dela. A título de exemplo, três textos escritos pela equipe do APMT, organizados no conteúdo dos televisores ao lado das representações documentais, intercalaram explicação e transcrição, nos seguintes moldes:

⁵² EXPOSIÇÃO LUGAR DE MEMÓRIA, 2024. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, maio, 2024.

⁵³ Arquivo Público de Mato Grosso, Repertório Guerra ao Paraguai. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/repertorio-guerra-ao-paraguai>. Acesso em: 28 ago. 2025.

⁵⁴ Em 2025, o Repertório Guerra ao Paraguai passou a integrar o Registro Regional da Memória do Mundo da América Latina e Caribe (MoWLAC), segunda ocasião em que o APMT recebe um reconhecimento da UNESCO.

⁵⁵ EXPOSIÇÃO LUGAR DE MEMÓRIA, 2024. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, maio, 2024.

Carta enviada pelo Cirurgião Dentista Alexis Morel ao General Alexandre Manoel Albino de Carvalho. [1865].

Alexis Morel, Cirurgião dentista, oferece 20% dos vencimentos à província, pelo tempo que for necessário, para ajudar no esforço de guerra. O trecho é interessante por mostrar que no conflito houve uma grande mobilização em todos os setores da sociedade.

Carta enviada por Maria José da Costa Ribeiro e Anna Maria Ribeiro ao Vice-Presidente. [1865].

Maria José da Costa Ribeiro e Anna Maria Ribeiro, ambas costureiras, “desejando concorrer” à “grande e santa causa”, oferecem seus serviços de costura de fardamento destinado aos praças que marcham para “desafrontar a honra nacional”.

Ofício enviado por João Lustosa da Cunha Paranaguá ao Presidente da Província de Mato Grosso. [1867].

Neste documento, é exemplificada a presença dos povos originários no conflito. Trata-se de informação sobre o Capitão Lapagate, índio Cadivéu (Kadivéu), que auxiliou em muito no esforço de guerra. No documento, a informação de que tomou conhecimento de que Lapagate, “uns dos capitães da tribo dos Cadiveus, que serve juntos as nossas forças em Miranda”, tomou um ponto das forças paraguaias sobre o Rio Apa.⁵⁶

A guerra foi um dos ocorridos mais marcantes da história e da formação do Estado no Brasil. E nos exemplos acima, está expressa a expectativa de dialogar, a um só tempo, com o passado nacional brasileiro, de cunho formal e nacionalista, e com outros aspectos deste mesmo passado, menos conhecidos e atravessados por personalidades. Trata-se de uma extensão da memória concebida no singular, ou de sua conversão, em outra de âmbito plural, mais popular, e implicada pelas histórias das muitas tradições e identidades brasileiras. Na extensão, estão os ditos e não-ditos de um passado de (in)visibilidades.

Fora os textos escritos, áudios e representações, lançamos mão nos três vídeos de leituras feitas em linguagem de sinais para surdos. Finalizando-se com vídeo de 01:40 minutos, apresentado por um projetor multimídia, o ambiente dedicado à guerra trouxe ainda fotografias da família do presidente paraguaio, Francisco Solano Lopez, retiradas do Acervo Digital da Biblioteca Nacional, em seção menos iluminada, mais intimista.⁵⁷

Modernização e histórico do APMT

Um único biombo, disposto logo adiante do espaço da guerra, visava preparar a pessoa visitante para uma nova mudança de ambiente. Tomando-se em bloco os recortes

⁵⁶ EXPOSIÇÃO LUGAR DE MEMÓRIA, 2024. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, maio, 2024.

⁵⁷ Biblioteca Nacional, BNDigital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 28 ago. 2025. Pontes entre historiografia e fontes foram construídas a partir de André Amaral de Toral. Ver: TORAL, André Amaral de. Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai. *Revista Brasileira de História*, v. 19, nº 38, p. 283-310, 1999.

anteriores da escrita, das fronteiras e da guerra, nesta nova oportunidade, foi a modernização mato-grossense o que ganhou proeminência na mostra a partir de uma linha do tempo, impressa em toda a face de um biombo, pela qual resumimos o histórico do APMT.

Entre outros acontecimentos, indicamos no biombo: que 1896 foi a data de fundação do Arquivo da Secretaria da Presidência; que em 1931 a documentação acumulada e produzida em MT foi integrada à Biblioteca Pública; que ocorreu em 1972 a fundação do Departamento de Documentação e Arquivo da extinta Secretaria de Estado de Administração (SAD); que 2002 foi o ano da publicação do primeiro Manual de Gestão de Documentos de Mato Grosso; que entre 2007 e 2009 aconteceu a organização e a publicação dos catálogos dos fundos arquivísticos do século XVIII; que o ATOM virou realidade no APMT em 2016; e que em 2021 foi implantado no Poder Executivo Estadual, sob coordenação técnica do Arquivo, o Sistema Integrado de Gestão Administrativa de Documentos (SIGADOC).

“Dever de mudança” e “dever de preservação”, expressões de Pierre Nora,⁵⁸ assim como o “novo tempo”, de Reinhart Koselleck,⁵⁹ encontraram neste histórico um caso exemplar da interferência técnica consciente no espaço e no tempo. Destarte, do dever de guardar a massa acumulada de documentos (do Arquivo da Secretaria da Presidência) à gestão de documentos do começo do século XXI, os objetos de trabalho do APMT se traduziram em marcos da modernização mato-grossense. E, no limite, mesmo o prédio-sede do APMT, criado em 1941 para abrigar a antiga Secretaria Geral do Estado, é “ainda hoje” símbolo do processo de urbanização planejado pelo Estado Novo para as terras cuiabanas.

Assinalamos o seguinte conteúdo em um biombo vizinho, disposto ao lado da linha do tempo do Arquivo:

Durante o Estado Novo (1937-1945), Mato Grosso foi alvo de políticas de reordenamento territorial, conhecidas como Marcha para o Oeste. Os objetivos eram “ocupar” e modernizar o interior do país, aproximando-o do litoral, considerado mais desenvolvido.

A arquitetura colonial foi substituída pela moderna, especialmente o estilo Art déco. Em 1941, durante as festas de inauguração das obras, foi pela primeira vez que um presidente da república do Brasil, Getúlio Vargas, visitou Cuiabá.⁶⁰

⁵⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7/28, dez. 1993.

⁵⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

⁶⁰ EXPOSIÇÃO LUGAR DE MEMÓRIA, 2024. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, maio, 2024.

O antigo prédio da Secretaria Geral do Estado, desde 2003, sede do APMT, é também um edifício tombado, patrimônio histórico e artístico em nível estadual.⁶¹ Suas estruturas metálicas, de janelas e portas, inspiraram o desenho das linhas retangulares da identidade visual (em amarelo e verde) da exposição (Figura 2; Figura 3; e Figura 4), sendo ele mesmo uma representação do “objeto perdido” e da “novidade”, qual seja: a arquitetura do Estado Novo, hoje “objeto do passado”, preservada na reforma recém-concluída da sede do APMT.

Em referido biombo, último do tema de inauguração, trouxemos em uma primeira face oito fotografias, representativas da urbanização de Cuiabá da década de 1940. Ficaram em evidência as fotos de locais importantes da capital mato-grossense: da Secretaria Geral do Estado de Mato Grosso;⁶² do Grande Hotel;⁶³ da Caixa d'Água Nova;⁶⁴ da Avenida XV de Novembro;⁶⁵ do Prédio dos Correios;⁶⁶ da Primeira Maternidade de Cuiabá;⁶⁷ da região do Porto;⁶⁸ e da Ponte Julio Müller, que liga a cidade de Cuiabá à Várzea Grande, município vizinho.⁶⁹

Ao passo que, no verso dele, com cinco outras fotos, representamos as mudanças da cidade dos anos 1970 – desta feita, motivadas pelo fluxo de colonização da Região Sul do Brasil para o Norte de MT e, por conseguinte, pela nova distribuição dos investimentos

⁶¹ Portaria Nº 007 da Secretaria de Estado de Cultura, de abril de 2000.

⁶² Arquivo Público de Mato Grosso, Coleção Adelaide de Almeida Orro. Secretaria Geral do Estado de Mato Grosso. Fotografia: Adelaide de Almeida Orro. BR MT APMT AAO 900 990 00009. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/secretaria-geral-do-estado-de-mato-grosso-fotografia-de-adelaide-de-almeida-orro>. Acesso em: 28 ago. 2025.

⁶³ Arquivo Público de Mato Grosso, Coleção Adelaide de Almeida Orro. “Grande Hotel”. Fotografia: Adelaide de Almeida Orro. BR MT APMT AAO 900 990 00006. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/grande-hotel>. Acesso em: 28 ago. 2025.

⁶⁴ Arquivo Público de Mato Grosso, Coleção Adelaide de Almeida Orro. “Caixa d'Água Nova, em Cuiabá”. Fotografia: Adelaide de Almeida Orro. BR MT APMT AAO 900 990 00013. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/caixa-dagua-nova-em-cuiaba-fotografia-adelaide-de-almeida-orro>. Acesso em: 28 ago. 2025.

⁶⁵ Arquivo Público de Mato Grosso, Coleção Adelaide de Almeida Orro. Avenida XV de Novembro ao fundo a Igreja S. Gonçalo. Fotografia: Adelaide de Almeida Orro. BR MT APMT AAO 900 990 00010. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/avenida-xv-de-novembro-ao-fundo-a-igreja-s-goncalo-fotografia-adelaide-de-almeida-orro>. Acesso em: 28 ago. 2025.

⁶⁶ Arquivo Público de Mato Grosso, Coleção Adelaide de Almeida Orro. Prédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Fotografia: Adelaide de Almeida Orro. BR MT APMT AAO 900 990 00014. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/predio-da-empresa-brasileira-de-correios-e-telegrafos-fotografia-adelaide-de-almeida-orro>. Acesso em: 28 ago. 2025.

⁶⁷ Arquivo Público de Mato Grosso, Coleção Adelaide de Almeida Orro. Primeira Maternidade de Cuiabá “Célula Mater” do Hospital Geral. Fotografia: Adelaide de Almeida Orro. BR MT APMT AAO 900 990 00019. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/primeira-maternidade-de-cuiaba-celula-mater-do-hospital-geral-fotografia-adelaide-de-almeida-orro>. Acesso em: 28 ago. 2025.

⁶⁸ Arquivo Público de Mato Grosso, Coleção Adelaide de Almeida Orro. “Cuiabá antiga e Porto”. Fotografia: Adelaide de Almeida Orro. BR MT APMT AAO 900 990 00011. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/cuiaba-antiga-e-porto-fotografia-adelaide-de-almeida-orro>. Acesso em: 28 ago. 2025.

⁶⁹ Arquivo Público de Mato Grosso, Coleção Adelaide de Almeida Orro. Ponte Júlio Müller e o Porto de Cuiabá. Fotografia: Adelaide de Almeida Orro. BR MT APMT AAO 900 990 00012. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/ponte-julio-muller-e-o-porto-de-cuiaba-fotografia-adelaide-de-almeida-orro>. Acesso em: 28 ago. 2025.

públicos na capital. Foram representados nas imagens da década de 1970, quase todas registros aéreos: o Canteiro de obras do Estádio “Governador José Fragelli” (Verdão);⁷⁰ o estádio concluído (em 1975);⁷¹ a criação da Avenida Historiador Rubens de Mendonça;⁷² e a construção do Centro Político Administrativo.⁷³ Registros cujos ocorridos capturados foram complementados no biombo com a seguinte redação:

A modernização, nos anos 1970, avançou em outras frentes. Ocorreu a construção de vários empreendimentos públicos.

Entre as obras, estavam o Centro Político Administrativo (CPA) e a Avenida Historiador Rubens de Mendonça. A construção da avenida foi finalizada em 1974 e interligou o “antigo” ao “novo”, expandindo o perímetro urbano da capital, obedecendo a uma lógica de descentralização do serviço público. O nome é homenagem a um expoente da literatura mato-grossense, Rubens de Mendonça, filho do ex-diretor do Arquivo Público, Estevão de Mendonça. A obra do Estádio José Fragelli foi concluída em 1975. O Verdão, apelido do estádio, foi construído em dois anos.

Com a inauguração do Estádio, foi realizada uma partida de futebol entre o Flamengo e a seleção de jogadores dos clubes Mixto, Operário e Dom Bosco, em 1976.⁷⁴

No último televisor, em vídeo de 05:08 minutos, que apresentou para o público o cotidiano do APMT, explicamos sucintamente os afazeres de Arquivo. Diante dele, pôde-se conhecer a rotina de trabalho das Coordenadorias e Gerências da instituição: adquirir noção, a título de exemplo, de como são realizados os atendimentos dos consulentes, pesquisadores e usuários de sistemas governamentais como o SIGADOC; saber como são as salas de acervo; conhecer os procedimentos dos Laboratórios de Higienização e de Digitalização; construir ideia de como são as dependências de acesso controlado do APMT. Diga-se de passagem, o conteúdo do televisor se assemelhou a uma experiência de visita técnica.

Próximo à tela, um projetor interativo convidou o visitante a observar o Mappa Geographico da Capitania de Matto Grosso, de 1802⁷⁵ e, dentro dele, um conjunto de itens documentais do APMT, datados dos séculos XVIII e XIX. Através de toques na imagem projetada na parede, quatorze pontos destacados no mapa trouxeram representações de manuscritos do Registro da Insua, Forte de Coimbra, Presídio de Miranda, Vila de Cuiabá,

⁷⁰ Arquivo Público de Mato Grosso. Canteiro de obras Estádio “Governador José Fragelli” (Verdão). Fotografia não identificado. Cuiabá, década de 1970.

⁷¹ Arquivo Público de Mato Grosso. Vista aérea do Estádio “Governador José Fragelli” (Verdão). Fotografia não identificado. Cuiabá, 1975.

⁷² Arquivo Público de Mato Grosso. Vista aérea do trecho da Avenida do CPA. Fotografia não identificado. Cuiabá, década de 1970.

⁷³ Arquivo Público de Mato Grosso. Vista aérea da construção do Centro Político Administrativo. Fotografia não identificado. Cuiabá, década de 1970.

⁷⁴ EXPOSIÇÃO LUGAR DE MEMÓRIA, 2024. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, maio, 2024.

⁷⁵ BNDigital. Mappa Geographico da Capitania de Matto Grosso, 1802. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart177682/cart177682.jpg. Acesso em: 28 ago. 2025.

Julgado de São Pedro Del Rei, Casalvasco, Vila Bela, entre outras localidades próximas ao antigo Caminho de Terra que ligava a Capitania de Goyas à Capitania de Matto Grosso e da região que hoje pertence ao estado de Mato Grosso do Sul.

O toque na localidade de Cuiabá, por exemplo, dava acesso à representação do Requerimento dos moradores das Minas do Cuiabá à Câmara da Vila do Cuiabá, de 1734.⁷⁶ Já o toque no Julgado de São Pedro Del Rei abria a imagem da Petição dos mineiros e moradores do arraial ao Ouvidor Geral, de 1798.⁷⁷ Além de atravessar curiosidades de diferentes perfis de visitantes (o interesse pelo estilo de escrita dos manuscritos, as surpresas diante das informações tabeladas da exploração das minas, dos dados sobre a população das antigas comunidades etc.), a experiência procurou criar níveis de complexidades, possíveis de serem mobilizados por atividades de lazer cultural, pelo ensino e, ainda, pela construção interativa do conhecimento histórico. Não havia uma única maneira de explicar a história de MT, mas, isto sim, formas diversas de interagir com o conhecimento histórico.

Finalizando o roteiro da visita, em três painéis de parede e seis suspensos (adesivados frente e verso), convidamos o visitante a um aprofundamento sobre o histórico do APMT. Para tanto, intercalamos notas explicativas e fotografias. O ambiente foi pensado para ser exclusivo, permanentemente integrado a alguma temática diretamente ligada ao Arquivo. E nesta primeira versão o abrimos com esclarecimentos acerca do surgimento da instituição e finalizamos com agradecimento e convite para que o público realize, no futuro, novas interações com o Arquivo (Figura 4). Foi a redação do conteúdo do primeiro painel suspenso e do primeiro de parede, respectivamente:

A produção de documentos em Mato Grosso remonta ao século XVIII, mas a instituição dedicada à preservação, catalogação e disponibilização dessa memória é mais recente. Com a Resolução nº 153, de 1896, foram ordenadas a organização e a classificação dos documentos do arquivo da Secretaria da Presidência, reunindo, pela primeira vez, documentação que se encontrava dispersa. Dessa primeira reunião de itens, nasceria o acervo do Arquivo Público de Mato Grosso.

Há grande variedade de tipos e suportes de documentos na instituição: do papel ao negativo fotográfico, do mapa ao jornal, entre outros, o Arquivo Público de Mato Grosso possui a guarda de 54 mil caixas de documentos, 9 mil metros lineares. Em documentos enfileirados, seria o equivalente a uma caminhada de ida e volta, saindo deste local, até a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).⁷⁸

⁷⁶ Arquivo Público de Mato Grosso, Fundo Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. BR MT APMT CVC RQ 0003. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/requerimento-copia-dos-moradores-das-minas-do-cuiaba-a-camara-da-vila-do-cuiaba>. Acesso em: 28 ago. 2025.

⁷⁷ Arquivo Público de Mato Grosso, Fundo Ouvidoria. BR MT APMT OU PT 0208. CVC RQ 0003. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/peticao-copia-dos-mineiros-e-moradores-do-arraial-sao-pedro-del-rei-ao-ouvidor-geral-francisco-lobes-ribeiro>. Acesso em: 28 ago. 2025.

⁷⁸ EXPOSIÇÃO LUGAR DE MEMÓRIA, 2024. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, maio, 2024.

Ambiente integrado aos anteriores de *Lugar de Memória*, informamos nele os diferentes endereços onde a instituição já esteve na cidade de Cuiabá. E mais: assinalamos as condições nem sempre ideais das acomodações do Arquivo; oferecemos agradecimentos a antigos servidores; explicamos sob quais premissas o APMT é o órgão central da política de gestão de documentos de MT; representamos um “antes” e um “depois” de suas dependências, a saber: abaixo da foto da Sala de Pesquisa do APMT, incluímos a do Salão dos Funcionários do Tesouro, setor da antiga Secretaria Geral do Estado; abaixo do registro do Auditório do APMT, somamos o da Sala dos Funcionários da Diretoria de Terras e Obras, outra seção da extinta Secretaria Geral.

Figura 4: Último painel de parede da exposição. Sede do APMT. Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso.



Considerações finais

Conforme argumentamos neste artigo, a criação do *Espaço Memórias* foi uma realização para a equipe de servidores do APMT e representou o resultado de todo um universo de trabalhos de preservação, atendimento, difusão e gestão. No decorrer das seções do texto, demonstramos como atividades típicas do Arquivo (identificação de documentos e digitalização, por exemplo) foram aplicadas na montagem da concepção e na execução da primeira mostra – o “novo” para garantir o “antigo”, o “antigo” para subsidiar o “novo”.

Ao abrir nossas considerações com Pierre Nora (1993), tentamos esclarecer o alinhamento dos pontos norteadores do projeto de 2016 e da curadoria de 2024 com a

hipótese de o *lugar de memória* ser fruto da intenção consciente de “preservar o passado” diante da “aceleração da história”. “Dever de mudança” e “dever de preservar”: construir o espaço de exposição em um espaço de arquivo foi um objetivo técnico integrado à modernização mato-grossense. Dando enfoque aos itens do acervo do APMT, *Lugar de Memória* conectou os registros documentais a uma narrativa moderna de “universalização” do tempo, da história e da crítica histórica.

Com a apresentação do roteiro esperado das visitas, apontamos de quais formas os ambientes da mostra inaugural tentaram se comunicar com o público do exato limiar entre a memória e a história. A memória institucional que a documentação do APMT testemunha foi citada em seus aspectos de controle, administração, política, disciplina, assim como pelas possibilidades abertas pela crítica da história a tais mecanismos de poder. Conforme apresentamos, com *Lugar de Memória*, a expectativa foi menos de explicar a história e mais de se comunicar com o visitante através da história.

Recebido em 28 de agosto de 2025

Aceito em 30 de junho de 2025